



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 33, DE 2024**

**(Do Sr. Delegado Matheus Laiola)**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a obrigatoriedade de comunicação da ocorrência de violência doméstica em condomínios residenciais, e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-2952/2021.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO FEDERAL DELEGADO MATHEUS LAIOLA**

Apresentação: 05/02/2024 09:02:09.637 - MESA

PL n.33/2024

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2024  
(Do SR. DELEGADO MATHEUS LAIOLA)**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a obrigatoriedade de comunicação da ocorrência de violência doméstica em condomínios residenciais, e dá outras providências.

**O Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para a vigorar acrescida do seguinte artigo 9º-A:

*"Art. 9º-A. Os administradores, síndicos e/ou funcionários de condomínios residenciais deverão comunicar aos órgãos de segurança pública especializada acerca da ocorrência de violência doméstica e familiar contra mulher, de que tenham conhecimento, nas unidades condominiais ou nas áreas comuns aos condôminos." (NR)*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## **JUSTIFICAÇÃO**

O combate à violência doméstica e familiar contra a mulher é fundamental! Para isso, é necessário que a notícia do possível cometimento do delito chegue ao conhecimento das autoridades competentes.

Por esse motivo, apresentamos Projeto de Lei, objetivando que os administradores, síndicos e/ou funcionários de condomínios residenciais deverão comunicar aos órgãos de segurança pública especializada acerca da ocorrência de violência doméstica e familiar contra mulher, de que tenham conhecimento, nas unidades condominiais ou nas áreas comuns aos condôminos.

Nessa linha de entendimento, estimular a comunicação da possível ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher pode se consubstanciar em prática apta a inibir o cometimento do referido delito.

Portanto, a presente proposição objetiva se consubstanciar em uma ferramenta para que os síndicos, administradores e funcionários de condomínios residenciais, munidos da responsabilidade legal, possam evitar tragédias familiares.

Diante do exposto, solicitamos a aprovação deste Projeto pelos nobres pares.

Sala de Sessões,      de      de 2024.

**DELEGADO MATHEUS LAIOLA (União-PR)  
DEPUTADO FEDERAL**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 11.340, DE 7 DE  
AGOSTO DE 2006**

<https://normas.leg.br/?urn=urn%3Alex%3Abr%3Afederal%3Alei%3A2006-08-07%3B11340>

**FIM DO DOCUMENTO**